

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO SUBCOMITÊ DO SISTEMA LAGUNAR DE

JACAREPAGUÁ (SECRETARIADA) – GRAVAÇÃO DISPONÍVEL – No dia 14 de agosto de 2025, quinta-feira às 10h, por videoconferência, reuniram-se os membros do Subcomitê do Sistema Lagunar de Jacarepaguá com os seguintes pontos de pauta: **1) Aprovação da pauta; 2) Aprovação das minutas das atas das reuniões dos dias 15/05/2025 e 17/07/2025; 3) Indicação para o Comitê de Monitoramento do Contrato de Concessão; 4) Posicionamento da Iguá sobre as represas do Camorim e do Sacarrão (caso estejam sob sua operação, trazer atualizações operacionais); 5) Solicitar à Iguá informação sobre as regiões que possuem maior ausência de ligações às redes; 6) Mapeamento das elevatórias e suas conexões até a ETE junto com a Iguá; 7) Apresentação da proposta de criação de Unidades de Conservação na Baixada de Jacarepaguá (Vladimir Fernandes - SMAC); 8) Informes gerais.** Reunião iniciada às 10h15m com quórum de segunda chamada,

com o seguinte item em discussão: **1) Aprovação da pauta:** Flávia Martins (Secretaria Executiva) informou que o item 3 de pauta foi inserido após o envio da convocatória, após Carolina Martins ter repassado as informações. Não havendo objeções a pauta foi aprovada.

2) Aprovação das minutas das atas das reuniões dos dias 15/05/2025 e 17/07/2025: Liliane Prohmann questionou aos membros se haviam recebido as minutas das atas, em seguida as minutas foram colocadas em votação. Não havendo objeções, as minutas das atas dos dias 15/05/2025 e 17/07/2025 foram aprovadas. **3) Indicação para o Comitê de Monitoramento do Contrato de Concessão:** Flávia Martins (Secretaria Executiva) esclareceu que há uma vaga para titular e uma para suplente, vinculadas ao bloco dois. Eduardo Figueira explicou que o comitê Monitoramento do Contrato de Concessão possui caráter consultivo, sem funções executivas, cabendo à Agerensa a fiscalização. O papel do comitê é acompanhar o cumprimento contratual, levantar pontos de atenção e encaminhar solicitações à agência reguladora e à concessionária, garantindo a oficialidade dos pedidos. Durante as discussões, ficou registrado que as reuniões são públicas e abertas, mas apenas os representantes oficiais possuem direito a voto. Eduardo Figueira também destacou que a representatividade precisa ser reconhecida pelo poder concedente, dentro das janelas de inscrição definidas pela Casa Civil. Foi mencionada ainda a criação do grupo de trabalho de vacância, que revisou a participação de entidades inativas para abrir vagas a instituições interessadas em atuar de



31 forma efetiva. Houve manifestação de interesse por parte de Renato Gomes da Rocha para
32 assumir a vaga de titular, enquanto não foi definida indicação para suplência. Assim, decidiu-
33 se indicar Renato como representante titular, deixando em aberto a escolha do suplente. **4)**
34 **Posicionamento da Iguá sobre as represas do Camorim e do Sacarrão (caso estejam sob**
35 **sua operação, trazer atualizações operacionais):** Nathália Bragança apresentou
36 informações sobre o sistema de abastecimento operado pela Iguá. Esclareceu que, quando a
37 concessionária assumiu em fevereiro de 2022, a represa de Camorim já não se encontrava em
38 operação e, portanto, não foi transferida como bem reversível. Informou que o processo de
39 aprovação de ativos, iniciado em 2022 e concluído em 2023 pela Agenera, não incluiu
40 Camorim. Ressaltou que atualmente está em operação apenas a represa do Sacarrão,
41 localizada no Parque Estadual da Pedra Branca, com vazão máxima de 2.011 m³/h (cerca de
42 56 L/s), abastecendo aproximadamente 10.996 habitantes. Foi informado ainda que há
43 previsão de desativação dessa unidade em 2027, com integração ao sistema Guandu. Foram
44 apresentados dados e imagens sobre a represa e a área de influência do abastecimento. Em
45 seguida, Elizabeth Bezerra levantou questionamentos a respeito da extensão do território
46 atendido pelo Sacarrão, apontando que ainda existem áreas ao longo da Estrada dos
47 Bandeirantes que recebem água da represa, inclusive regiões de comércio e restaurantes.
48 Também questionou sobre a origem da água que abastece Vargem Pequena, destacando
49 características de qualidade típicas de água de represa, o que levantou dúvidas sobre a efetiva
50 procedência do fornecimento após a desativação de Camorim. Nathália Bragança esclareceu
51 que não possuía naquele momento detalhes técnicos da distribuição, mas comprometeu-se a
52 levantar junto à equipe da concessionária o cadastro de rede e compartilhar com o comitê a
53 delimitação das áreas abastecidas pelo Sacarrão e pelo Guandu. Informou ainda que a Iguá
54 realiza monitoramento de qualidade conforme a Portaria 888 do Ministério da Saúde, com
55 dados enviados regularmente ao SISAGUA (Sistema de Informação da Vigilância da Qualidade
56 da Água para Consumo Humano) e disponibilizados aos consumidores. Elizabeth Bezerra
57 reforçou a preocupação com a potabilidade da água distribuída na região das Vargens e
58 apontou o crescimento do uso de poços semiartesianos, frequentemente sem controle de
59 qualidade e outorga, o que acarreta riscos adicionais. Nathália Bragança reconheceu a
60 importância do tema e reiterou a necessidade de avaliar a base cadastral da rede para
61 esclarecer a origem do abastecimento em cada área, propondo disponibilizar essas

Rua da Quitanda, 185 6º Andar – Centro, Rio de Janeiro - RJ

CEP: 20.091-005 / Cel. (21) 97374-3674

E-mail: cbhbaiadeguanabara@gmail.com

www.comitebaiadeguanabara.org.br



62 informações como encaminhamento. Ficou acordado que a concessionária enviará ao comitê
63 a base de cadastro da rede, indicando claramente os trechos atendidos pelo sistema Guandu
64 e pela represa do Sacarrão, a fim de dar transparência sobre a distribuição e subsidiar a
65 discussão sobre a qualidade da água na região. Elizabeth Bezerra reforçou a solicitação já feita
66 anteriormente à Iguá para que fosse apresentado oficialmente um mapa das redes de
67 abastecimento de água, contendo a cartografia detalhada que permita identificar a origem e os
68 limites de atuação dos sistemas Sacarrão e Guandu. Afirmou que o conhecimento dessas
69 informações é fundamental, dado que muitas intervenções na Estrada dos Bandeirantes ao
70 longo dos anos dificultaram a compreensão do que de fato existe na rede subterrânea. Nathália
71 Bragança concordou e reiterou que será disponibilizado o cadastro de rede com a devida
72 indicação das áreas atendidas por cada sistema. Foi sugerido também que fossem
73 compartilhados os dados de qualidade da água dos últimos meses, especialmente após
74 períodos de chuva, quando são mais frequentes as ocorrências de alteração visual e presença
75 de resíduos. Nathália esclareceu que as informações do SISAGUA não são públicas, mas que
76 relatórios de qualidade estão disponíveis no site da Iguá e nas contas de água,
77 comprometendo-se a encaminhar o link correspondente. Em seguida, Daniel Rienda, da
78 Fundação Rio Águas, trouxe uma questão extra pauta sobre a obra da Estrada do
79 Pacuí/Mucuíba. Relatou que havia sido discutida anteriormente a possibilidade de execução
80 conjunta das obras de drenagem e das intervenções da Iguá, de forma a evitar múltiplas
81 aberturas de vala. No entanto, a Rio Águas já iniciou os trabalhos e enfrenta interferências com
82 tubulações da concessionária, sem que a obra da Iguá tenha sido iniciada. Solicitou
83 esclarecimentos sobre o posicionamento da empresa em relação à substituição das redes de
84 água e esgoto no local, uma vez que há impacto direto na execução do projeto de drenagem.
85 Nathália Bragança informou que não tinha ciência do caso, mas que encaminharia a demanda
86 à área de engenharia da concessionária e daria retorno posteriormente. Comunicou ainda que,
87 após a saída do gerente anterior, Marcelo Curty, a área de engenharia passou a ser
88 coordenada por José Pedroso, que poderá estabelecer contato direto com a Fundação Rio
89 Águas para tratar do tema. Daniel Rienda solicitou que o contato fosse feito e agradeceu o
90 encaminhamento. Foi definido o seguinte encaminhamento “Disponibilização pela Iguá da base
91 de cadastro de rede indicando os sistemas de abastecimento na região das Vargens e os limites
92 de cada sistema; Mapeamento; e Link do site da Iguá para consulta dos dados de qualidade

Rua da Quitanda, 185 6º Andar – Centro, Rio de Janeiro - RJ

CEP: 20.091-005 / Cel. (21) 97374-3674

E-mail: cbhbaiadeguanabara@gmail.com

www.comitebaiadeguanabara.org.br



da água”. **5) Solicitar à Iguá informação sobre as regiões que possuem maior ausência de ligações às redes:** Caroline Cavalcanti comunicou que Josely Cabral não poderia estar presente em razão de compromisso interno, ficando definido que as informações referentes aos itens das pautas 5. e 6. seriam encaminhados por e-mail no mesmo dia. Elizabeth Bezerra aproveitou o momento para levantar uma preocupação sobre o funcionamento das Estações de Tratamento de Esgoto de Vargem Grande e Vargem Pequena, mencionando informações não oficiais sobre o possível desligamento desta última e destacando a ausência de rede adequada para a coleta e encaminhamento do esgoto de diversos condomínios, que acabam despejando no Rio Calemhá. Solicitou, portanto, a confirmação formal da Iguá sobre a situação atual das ETE's, os motivos da eventual desativação e a extensão real de atendimento, ressaltando que, mesmo após ampliações, a estação não recebe todo o esgoto da própria comunidade para a qual foi construída. A sugestão foi acolhida como encaminhamento da reunião, a ser tratado junto com as demais solicitações referentes às ETE's. Eduardo Figueira relatou sobre a reunião realizada com a Iguá, considerada positiva por permitir expor a realidade sobre as condições das ETE's e elevatórias. Informou que os problemas foram levados à Agenera e ao Ministério Público, ressaltando que o papel do comitê é monitorar e fornecer suporte. Destacou que o investimento de R\$ 250 milhões em dragagem não resolve a situação, sendo necessário concentrar esforços na qualidade da água da lagoa. Na reunião, foi confirmado que existem 41 elevatórias reformadas, mas persistem dúvidas quanto às conexões com a ETE e à efetividade do sistema, já que parte do esgoto segue direto para o emissário. Ressaltou que o maior problema não é a dragagem, mas a contribuição contínua de esgoto nos canais de rede pluvial, que drenam grandes volumes para as lagoas, sobretudo na Barra. Criticou programas como o “Juntos Conectados”, pois a contribuição via canais pluviais supera a dos condomínios não conectados. Propôs uma campanha junto a associações e moradores para identificar e registrar, por meio de fotos, os canais com lançamento de esgoto, além de padronizar pontos de medição da qualidade da água, a fim de produzir dados comparáveis e utilizáveis junto a órgãos como o Ministério Público e a Agenera. Enfatizou que o compromisso deve ser com a qualidade da lagoa, não apenas com índices de cobertura de esgotamento. Que o objetivo agora é evidenciar concretamente as irregularidades e medir a evolução da qualidade da água. Daniel Rienda esclareceu que a elevatória do Anil, conduz o esgoto de Jacarepaguá até a ETE, mas destacou problemas recorrentes nas regiões de Vargem Pequena

Rua da Quitanda, 185 6º Andar – Centro, Rio de Janeiro - RJ

CEP: 20.091-005 / Cel. (21) 97374-3674

E-mail: cbhbaiadeguanabara@gmail.com

www.comitebaiadeguanabara.org.br



124 e Vargem Grande, onde há crescimento desordenado e implantação de loteamentos e
125 condomínios sem aprovação dos órgãos públicos. Relatou que muitos empreendimentos não
126 possuem projetos de drenagem e esgotamento adequados, o que resulta em lançamento de
127 esgoto in natura nos rios e canais que deságuam na Lagoa de Jacarepaguá ou diretamente no
128 mar, como no caso do Rio Morto e do Canal de Camorim. Ressaltou que a ausência de política
129 habitacional favorece ocupações irregulares em áreas de cota baixa, dificultando a implantação
130 posterior de infraestrutura de drenagem, pois o nível da água é condicionado pela maré, não
131 sendo resolvido apenas por dragagem. Citou também que em áreas formais, como no Parque
132 Olímpico, parte da rede de esgoto é lançada na drenagem pluvial e direcionada a rios sem
133 tratamento adequado, o que se repete em outros bairros de Jacarepaguá. Destacou, por fim,
134 que os problemas de saneamento e de lançamentos irregulares decorrem tanto de
135 comunidades informais quanto de áreas formais, refletindo a ausência de planejamento urbano
136 e de integração das redes de esgoto. Mauro Vilar destacou que o problema do lançamento de
137 esgoto não se limita apenas a loteamentos irregulares, mas ocorre de forma geral. Referindo-
138 se à proposta de Eduardo Figueira, afirmou que já existe um contrato em andamento,
139 atualmente em fase final, que realiza o monitoramento da qualidade da água em canais que
140 drenam para as lagoas, como o Canal das Taxas, Cernambetiba, Portelo e Rio Anil, com
141 relatórios acompanhados por grupo de trabalho específico. Informou que os resultados mais
142 recentes mostram que quase 70% dos pontos monitorados apresentam classificação entre ruim
143 e muito ruim, sendo menos de 6% considerados aceitáveis, o que evidencia a gravidade da
144 situação. Salientou que, além desse contrato, também há dados disponíveis do INEA e do
145 projeto Oceanos, reforçando que já existe base técnica de acompanhamento. Considerou
146 positiva a ideia de criar um canal de denúncia visual, com registros fotográficos e vídeos
147 indicando os locais exatos de lançamento irregular de esgoto na drenagem pluvial, de modo a
148 reforçar a exposição do problema e facilitar sua cobrança. Eduardo Figueira esclareceu que o
149 problema não é a ausência de monitoramento, mas a falta de padronização dos pontos de
150 medição, o que gera dados conflitantes entre diferentes órgãos e dificulta a credibilidade dos
151 resultados. Exemplificou com divergências entre relatórios da Iguá e do INEA, que
152 apresentaram percentuais muito distintos por medirem locais diferentes. Destacou a
153 necessidade de padronizar os pontos de coleta e garantir a publicação contínua dos resultados
154 em formato acessível, como gráficos, para avaliar o impacto real das ações sobre a qualidade

Rua da Quitanda, 185 6º Andar – Centro, Rio de Janeiro - RJ

CEP: 20.091-005 / Cel. (21) 97374-3674

E-mail: cbhbaiadeguanabara@gmail.com

www.comitebaiadeguanabara.org.br



da água e dar transparência às informações levadas a órgãos como Ministério Público e Agenersa. Reforçou que, sem padronização os dados perdem valor, pois podem ser contestados com facilidade. Além disso, concordou com a análise de Daniel Rienda sobre os problemas estruturais nas Vargens, mas explicou que a Câmara Comunitária está concentrando os esforços na orla da Barra da Tijuca e no Recreio, onde os grandes condomínios verticais geram volumes muito elevados de esgoto, tornando a situação ainda mais crítica. Eduardo Figueira explicou que, embora alguns condomínios ainda possuam ETE própria, a maior parte da Barra foi construída com sistema de separador absoluto, porém com redes que muitas vezes não funcionam adequadamente ou não estão conectadas. Ressaltou que o volume de esgoto lançado nos canais pluviais é visivelmente desproporcional à quantidade de prédios sem ligação, indicando que há manobras ou falhas estruturais que resultam em despejo contínuo. Defendeu que a prioridade deve ser a limpeza e o monitoramento dos canais, já que todo o esgoto neles lançado acaba chegando aos rios e lagoas. Relatou experiência de sua associação, que manteve uma câmera filmando 24 horas por dia o canal local, evidenciando a situação. Propôs que associações e condomínios adotem a mesma prática, registrando e patrulhando seus canais para produzir provas visuais do despejo irregular. Destacou que essa ação deve ser combinada com as medições da qualidade da água da lagoa, unindo dados científicos e registros qualitativos, de forma a fortalecer a campanha de denúncia e cobrança de soluções. Sandra Albuquerque relatou que, no Jardim Oceânico foi realizado em 2019 um levantamento comunitário identificando bocas de lobo com mau cheiro, indicando lançamento irregular de esgoto nos canais locais. Destacou que, em reunião anterior com a concessionária Iguá, já havia sido feita vistoria para identificar os condomínios não conectados à rede, os quais teriam sido devidamente notificados. Ressaltou que, diante desse cenário, a questão central passa a ser a definição do prazo que esses empreendimentos possuem para efetivar a ligação correta, bem como a responsabilidade pela fiscalização do cumprimento. Apontou que o papel dos moradores e do grupo de acompanhamento deve ser monitorar esse processo, cobrando das autoridades competentes a execução das conexões no prazo estipulado. Enfatizou ainda, que esse acompanhamento sistemático pode ser replicado em outras áreas, garantindo que notificações resultem em ações concretas e efetivas. Nathália Bragança complementou a fala de Sandra Albuquerque destacando o programa “Juntos e Conectados”, já apresentado anteriormente, que envolveu

Rua da Quitanda, 185 6º Andar – Centro, Rio de Janeiro - RJ

CEP: 20.091-005 / Cel. (21) 97374-3674

E-mail: cbhbaiadeguanabara@gmail.com

www.comitebaiadeguanabara.org.br



fiscalização, notificações e aplicação de multas em casos de irregularidades, ressaltando porém, que a concessionária não possui poder de polícia para obrigar a ligação à rede de esgoto, sendo essa atribuição dos órgãos fiscalizadores SMAC e INEA. Explicou que a concessionária atua dentro de sua competência, mas reforçou a necessidade de união de esforços para encaminhar as demandas e defendeu que a sociedade civil também pode e deve se mobilizar nesse acompanhamento. Sandra Albuquerque destacou que ainda está pendente uma análise por parte da Iguá sobre o programa “Se Liga Condomínio”, que possui sinergia com o “Juntos e Conectados”, ressaltando que esse ponto permanece em aberto e precisa ser concluído. Os membros discutiram e decidiram o seguinte encaminhamento “Marcar uma RE para tratar dos pontos de pauta: Proposta da Campanha “Se Liga Condomínio” (Convidar Adriana Bocaiuva) e Análise dos documentos disponibilizados pela Iguá em atendimento aos pontos de pauta 5 e 6”. **6) Mapeamento das elevatórias e suas conexões até a ETE junto com a Iguá:** Assunto tratado no item anterior. **7) Apresentação da proposta de criação de Unidades de Conservação na Baixada de Jacarepaguá (Vladimir Fernandes - SMAC):** Mauro Vilar informou que o ponto de pauta 7., que seria apresentado por Vladimir Fernandes sobre a consulta pública do próximo sábado para a discussão da proposta de criação da unidade de conservação na Baixada de Jacarepaguá, denominada projeto Corredor Azul, não pôde ser abordado devido à ausência de Vladimir, recém-retornado de férias. Vladimir Fernandes precisou sair da reunião, mas antes compartilhou um link com informações sobre o projeto, por meio da Secretaria Executiva, e solicitou que os participantes consultassem a página e, se possível, participassem da consulta pública. A Secretaria Executiva confirmou que o assunto será incluído na pauta da próxima reunião, quando Vladimir Fernandes fará a apresentação completa. **8) Informes gerais:** Mauro Vilar informou que o subcomitê fez um posicionamento sobre o plantio de mangue vermelho realizado por Mário Moscatelli, contratado pela Iguá no complexo Lagunar, denunciado ao Ministério Público por suposta inadequação por ser espécie exótica. Esclareceu que não há previsão de plantio na Lagoa de Jacarepaguá, apenas na Lagoa do Camborim e Lagoa da Tijuca, e que o mangue vermelho não é espécie exótica invasora, mas tropical, ocorrendo naturalmente na costa brasileira. O posicionamento do subcomitê foi enviado ao Ministério Público e resultou no encaminhamento para acompanhamento pela Câmara Técnica de Infraestrutura Verde, com reunião agendada para 21/08, na qual Sandra Albuquerque representará o subcomitê e trará informações sobre

Rua da Quitanda, 185 6º Andar – Centro, Rio de Janeiro - RJ

CEP: 20.091-005 / Cel. (21) 97374-3674

E-mail: cbhbaideguanabara@gmail.com

www.comitebaideguanabara.org.br



217 possíveis demandas adicionais. Finalizou o informe lembrando que será marcada uma reunião
218 extraordinária e agradeceu a participação de todos. Entre assuntos gerais, a reunião foi
219 encerrada às 12h00, eu, Flavia Martins de Oliveira, transcrevi esta ata e dou fé.

220 **Presentes: Poder Público:** Fundação Rio Águas - Daniel José Rienda Moraleida; Secretaria
221 Municipal do Ambiente e Clima (SMAC) - Vladimir da Franca Fernandes; Fundação Oswaldo
222 Cruz (Fiocruz Mata Atlântica) Aliciane de Souza Peixoto; Conselho Regional de Biologia
223 (CRBio-2ª Região) - Mauro Cesar Palmeira Vilar. **Usuários de Recursos Hídricos:** Marina
224 Barra Club - Liliane Lusten Prohmann e Iguá Rio de Janeiro S/A - Nathalia Salustiano Vieira
225 Bragança. **Sociedade Civil:** Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC - Ana
226 Cristina Malheiros G. Carvalho; Ecomarapendi - Vera Maria de Rossi Chevalier; Rotary Club
227 do Rio de Janeiro - Sandra Albuquerque de Souza e Silva; Associação de Moradores e Amigos
228 de Vargem Grande (AMAVAG) - Renato Gomes da Rocha e Câmara Comunitária da Barra da
229 Tijuca (CCTB) - Eduardo Figueira. **Ausentes:** Instituto Estadual do Ambiente (INEA) - Márcio
230 Franco da Costa; Associação de Moradores e Amigos da Freguesia (AMAF) - Juliana
231 Fernandes Botelho dos Santos e Guilherme Teixeira Azeredo Martins; Centro Federal de
232 Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET) - André Leone Riguetti; Colônia de
233 Pescadores Z-13 - José Manoel Pereira Rebouças e Hélio Flamarion Saramago; Instituto Mar
234 Adentro - Mariana Clauzet e Clério Aguiar Júnior. **Convidados:** Iguá Rio de Janeiro S/A -
235 Caroline Cavalcanti; AMAVAG - Elizabeth Bezerra. **AGEVAP (Secretaria Executiva):** Flavia
236 Martins de Oliveira.

237 **Encaminhamentos:**

- 238 1) Enviar as Atas das reuniões dos dias 15/05/2025 e 17/07/2025 para publicação; (Secretaria
239 Executiva);
- 240 2) Disponibilização pela Iguá da base de cadastro de rede indicando os sistemas de
241 abastecimento na região das Vargens e os limites de cada sistema; Mapeamento; e Link do
242 site da Iguá para consulta dos dados de qualidade da água; (Secretaria Executiva);
- 243 3) Solicitar à Iguá a situação da ETE na Rua Jornalista Eduardo Lobo, em Vargem Pequena e
244 na ETE localizada no final da Estrada Capitão Pedro Afonso, em Vargem Grande; suas
245 abrangências, capacidades e coletas desses efluentes produzidos nos Bairros e informações
246 do sistema de drenagem pluvial na região (Secretaria Executiva);
Rua da Quitanda, 185 6º Andar – Centro, Rio de Janeiro - RJ
CEP: 20.091-005 / Cel. (21) 97374-3674

E-mail: cbhbaideguanabara@gmail.com

www.comitebaideguanabara.org.br



- 4) Marcar uma RE para tratar dos pontos de pauta: (Secretaria Executiva)
- Proposta da Campanha “Se Liga Condomínio” (Convidar Adriana Bocaiuva).
 - Análise dos documentos disponibilizados pela Iguá em atendimento aos pontos de pauta 5 e 6.
 - Discussão sobre a padronização da malha amostral na região do Complexo Lagunar na bacia drenagem para o monitoramento da qualidade da água das lagoas. (Essa padronização será entre o INEA e os contratos que serão feitos com a nova empresa).
- 5) Passar para a próxima reunião o ponto de pauta: “Apresentação do projeto Corredor Azul e esclarecimentos sobre a consulta pública para discussão da proposta de criação de Unidades de Conservação na Baixada de Jacarepaguá (Vladimir Fernandes - SMAC)” - (Secretaria Executiva)

Deliberação:

- 1) Indicação para o Comitê de Monitoramento do Contrato de Concessão - Bloco 02 –
Titular: Renato Gomes da Rocha

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2025.

Renato Gomes da Rocha / João Pedro Maciente Rocha
Liliane Lusten Prohmann / Silma Cardoso de Santa Maria
Mauro Cesar Palmeira Vilar / Roberta Miranda de Araújo
Coordenação Colegiada do Subcomitê Jacarepaguá

